

Uma Perspectiva Interacional em Lingüística

Sonia Bittencourt Silveira

Resumo: *Este artigo tem como objetivo discutir o lugar da interação nos estudos da Linguagem em uso, tendo como ponto de partida a adoção de uma perspectiva interacional em lingüística o que implica investir na construção de um entendimento, melhor e crescente, de como a interação constitui a linguagem e de como esta é constituída pela interação. De um lado, os participantes de uma atividade de fala recorrem, de forma metódica, a informações de natureza lingüística, para construírem suas contribuições verbais. Por outro lado, há fortes evidências de que formas e estruturas lingüísticas devem ser pensadas como ativamente (re)produzidas e adaptadas localmente a exigências de natureza interacional.*

Introdução

A proposta de uma Lingüística Interacional, como um novo paradigma em Lingüística, tem como ponto de partida o trabalho de Couper-kuhlen & Selting (2001) em que as autoras organizam a publicação intitulada *Studies in Interational Linguistics*, que congrega abordagens em estudos do discurso (e.g. Análise da Conversa, Antropologia Lingüística e alguns funcionalistas) que têm como pressuposto básico a crença em que a interação social é o lugar a partir do qual se deve pensar a constituição e o uso da linguagem.

Segundo Couper-kuhlen & Selting (op. cit), o programa de pesquisa em Lingüística Interacional teria dois eixos principais: (i) a *comparatividade*, objetivando um melhor entendimento de como as línguas são formatadas pela interação e como as práticas interacionais são moldadas nas diferentes línguas e (b) a *interdisciplinaridade* decorrente da complexa interface linguagem e interação. Sugerimos que as bases teóricas para fundamentar esta proposta podem ser encontradas, fundamentalmente e de forma bastante genérica, na sociologia, em Goffman, Sacks e Garfinkel, na antropologia, em Del Hymes e Gumperz, nos estudos Bakhtiannos e na psicologia social de Vygotsky e Leontiev, dentre outros.

1. A interação

Segundo Vygotsky (1984) tudo o que é especificamente humano origina-se nas relações sociais, pois o homem não nasce em um mundo “natural”, mas em um mundo humano, socialmente determinado, em que são partilhados o modo de viver, pensar e agir. Com isso podemos pensar a importância da interação para a aquisição do conhecimento e das práticas sociais que organizam a aquisição da linguagem e do uso que dela fazemos em situações reais de fala. O autor destaca ainda a importância que assume o outro na aquisição e desenvolvimento de comportamentos verbais e não verbais ao fazer intervir, por exemplo, o conceito de *Zona de Desenvolvimento Proximal* entendida como,

“ (...) a distância entre o nível de desenvolvimento real (...) e o nível de desenvolvimento potencial (este último) determinado através da solução de problemas sob a orientação e um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (p.112)”.

Goffman (1964;1983), por sua vez, defende a necessidade de se olhar para a *ordem da interação* – um domínio constituído por normas e restrições que regulam o uso da linguagem em situações de fala-em-interação- situações estas vistas como

“Um ambiente que proporciona possibilidades mútuas de monitoramento, (um ambiente) em que o indivíduo se encontra acessível aos sentidos nus de todos os presentes e estes lhes estão acessíveis de forma semelhante ([1964]1998,p.13-14

Assim, estudos lingüísticamente orientados para a interação têm como objetivo revelar padrões lingüístico-discursivos recorrentes no aqui e agora da fala-em-interação. Por outro lado, os analistas devem levar em conta, em suas análises, aqueles recursos e estruturas que os participantes de uma interação tornam relevantes na forma como conduzem a interação.

Esses padrões, recursos e estruturas se identificam menos em termos de frequência estatística e mais em termos de expectativas de rotinas interacionais (Levinson, 1983). É o uso (estratégico) de certos recursos – ou a ausência (estratégica) dos mesmos, em circunstâncias, sequencialmente especificáveis, que leva os participantes à construção de inferências situadas e dos sentidos co- construídos e negociados no curso da interação.

2. A concepção de linguagem como forma de ação

Tradicionalmente a linguagem tem sido concebida como forma de representação do mundo bio-físico-social e o falante, como fonte primária e única de informação em um sistema de trocas ou modelo de comunicação (cf, Schiffrin, 1994) em que o Código Lingüístico garantiria a comunicação entre falantes /escritores e ouvintes/leitores. Ver a.Linguagem como forma de interação social, ao contrário, implica distribuir a responsabilidade pela comunicação entre todos os participantes diretos e indiretos (e.g circunstantes) de um encontro social. Esta nova perspectiva em Lingüística pode ser associada ao que se tem convencionalmente denominado de “virada lingüística”, a partir dos anos 60(cf. van Dijk,2004) e que proporciona um novo status ao uso da linguagem até então relegado a um segundo plano.Segundo Gracia (2004,p.37-42), essa “virada” envolve quatro grandes mudanças na forma de se conceber os estudos da linguagem:

(i) uma perspectiva anti- representacionista - implica, basicamente, a rejeição a uma concepção puramente “representacional” e “designativa” da linguagem, emergindo uma nova concepção da mesma, cujo pressuposto básico é o de que a linguagem não representa o mundo,mas o constrói;

(ii) a linguagem como “ atividade”- a linguagem é vista como uma forma de ação,isto é,faz coisas, em vez de apenas representá-las-.Esse ponto de vista contribuiu para o desenvolvimento das correntes “construcionistas” que se consolidaram nas ciências sociais e humanas. John Austin contribui fortemente para a idéia do caráter constitutivo da linguagem, ao defender sua natureza “performativa”.Certos enunciados constituem “atos de fala” com os quais o falante modifica ou cria estados de coisas/ realidades.Essa concepção de linguagem como ação/atividade faz surgir, nas ciências humanas e sociais, a consciência de que a linguagem é um instrumento ativo na produção de muitos fenômenos psicológicos e sociais.

(iii) a linguagem como ação retórica - essa propriedade do uso da linguagem renova o interesse demonstrado, desde Aristóteles, pela retórica que, atualmente, deixa de ser vista como um mero efeito “estilístico”, sendo focalizados, ao contrário, os efeitos

sociais e políticos que emanam de nossas práticas discursivas, por exemplo, as construções lingüísticas “sexistas” e “racistas” ou das ideologias que as sustentam. Mesmo o discurso científico visto “como “neutro”, até há bem pouco tempo, tem sido analisado não só em termos das estratégias argumentativas que lhe são próprias,mas principalmente, em função dos artifícios retóricos usados na constituição dos próprios “fatos” científicos, finalmente ;

(iv) a linguagem como prática social- é importante, ainda, olhar para a forma como a linguagem interfere na constituição e desenvolvimento das práticas e relações sociais. Algumas abordagens têm contribuído especialmente para o nosso melhor entendimento da interface linguagem e atividade de fala. Nesse sentido, é importante destacar o trabalho pioneiro de Wittgenstein (1953) sobre “jogos de linguagem” e o desenvolvimento dessa visão proposta por Levinson (1979) sob o rótulo de “tipo de atividades” e o papel das mesmas nas restrições e opções disponibilizadas através de diferentes práticas discursivas.

Dentre as conseqüências dessa visão de linguagem como forma de interação podemos destacar o reconhecimento da linguagem em uso ou da fala-em-interação como objeto legítimo de estudo em Lingüística e do caráter constitutivo da linguagem, não mais vista como um mero instrumento de expressão do pensamento e de transmissão de informações, passando a mesma a ser vista fundamentalmente como uma forma de ação social. Desse modo, contrapõe-se às concepções de linguagem em que: (1) toda a responsabilidade pela comunicação está centrada no falante e (2) o código lingüístico sozinho garante a comunicação.

Segundo Garcez (1998) comunicação humana não resulta do trabalho de emissores e receptores isolados, nem do uso de um sistema isomórfico e inequívoco, mas do envio de mensagens em um canal multi-modal e multi-direcional.

3. A co-construção e negociação na interação

Conceber a linguagem como uma forma de forma de ação social implica focalizar a natureza constitutiva da co- construção e negociação enquanto processos interacionais. A idéia da co- construção, entretanto, é usada em diferentes ramos do saber: aquisição da linguagem, teoria literária (e.g intertextualidade, polifonia), etnometodologia, por exemplo. Embora essas abordagens tenham se desenvolvido, via de regra, de forma independente, partilham entretanto a crença em que a desenvolvimento da linguagem, da cultura e dos sistemas simbólicos, em geral, resulta da interação de agentes sociais em situações concretas de uso da linguagem. Segundo Gumperz, a comunicação envolve necessariamente a coordenação e reflexividade de ações:

“ a comunicação é uma atividade social que requer os esforços coordenados de dois ou mais indivíduos. Somente quando uma lance evoca uma resposta é que há comunicação(1982:1).”

Assim, em uma perspectiva interacional, a linguagem emerge da tentativa de realização de atividades conjuntas. Importante destacar a contribuição de CLARK (1996) ao enfatizar, em seus trabalhos, a necessidade de se estudar a forma como as pessoas, em suas atividades comunicativas, coordenam suas ações vocais e não-vocais. Segundo esse autor,

“ fazer coisas com a linguagem é diferente da soma de um falante falando e de um ouvinte ouvindo. Trata-se da ação conjunta que emerge quando Falantes e Ouvintes (escritores e leitores) desempenham suas ações individuais em coordenação(1996,p.49)”

O termo co-construção é, portanto, um termo `guarda-chuva` que se refere a uma série de ações empíricas construídas de forma conjunta, tais como ,interpretações, atitudes, atividades, identidades ou qualquer outra realidade ou atividade culturalmente relevante. O prefixo co- em co- construção cobre uma gama de processos interacionais, incluindo colaboração, cooperação e coordenação. Entretanto, Segundo Jacoby e Ochs (1995,p.91), convém lembrar que estes processos interacionais não implicam necessariamente construções aflitivas ou de suporte (e.g discussões).

O termo negociação, por sua vez, pode ser concebido de várias formas, destacamos duas delas: como um gênero discursivo formalmente definido, encontrado em atividades de

negociação política, comercial, de trabalho, etc., constituindo um “evento de negociação” ou como um processo (de negociação) momento-a-momento, gerenciado localmente, que conduz a um acordo implícito ou tácito, nesse sentido constitui uma atividade encaixada em outras atividades, podendo também ser denominada “atividade de negociação” (cf. Firth, 1995).

Este último sentido metafórico do termo é bastante recorrente nos modernos estudos do discurso (cf. Kerbrat-Orecchioni, 2001), podendo ainda referir-se à negociação de sentido, associada à concepção de cooperação na Pragmática de Grice (1975) segundo a qual o ato de negociar sentidos pressupõe sujeitos cooperativos (...), envolve um compromisso entre os interagentes com categorias ético-rationais (e.g. relevância, verdade, informatividade) e com o modo de dizer que privilegia a clareza, a ordem, a parcimônia. Entretanto, a violação dessas categorias, na interação, evidencia a existência de outros fatores reguladores que determinam algum grau de ruptura com as máximas conversacionais de Grice. Incluem-se aqui um conjunto de fatores sócio-culturais, tais como: papéis sociais, necessidades afetivas/sociais dos sujeitos, como, por exemplo, seus *desejos de face* (cf. Goffman, 2005; Levinson, 1987).

Outro aspecto importante diz respeito aos níveis lingüístico-discursivos em que opera a negociação. Segundo Klaiman (1994: 3-4), a negociação pode se dar em dois níveis: (1) em um nível referencial, ideacional da linguagem (e.g. troca de informação); e (2) em um nível interacional – em que são negociadas as relações interpessoais, os papéis interacionais, as identidades dos interlocutores, etc.. Essa distinção, embora, útil do ponto de vista analítico, pode nos trazer de volta ao lugar de destaque que tem sido destinado ‘a informação nos modelos de comunicação ou vista ainda como independente das ações ou relações interpessoais que emergem sempre que usamos a linguagem. Nesse sentido, Schegloff (2001) defende uma mudança de foco analítico, em Análise da Conversa, da informação para a ação, ou seja, daquilo que se diz para aquilo que se faz com o que se diz. Já com a Teoria dos Atos de Fala (cf. Austin, 1962, Searle, 1975) esta mudança de foco é anunciada, entretanto a ACE tem como ganho o fato de propor que o analista olhe para a forma como as ações são co-construídas e negociadas no curso da interação (cf. Pomerantz & Fehr, 1997). Assim, em vez de se olhar para as elocuições como proposições que atendem a *condições de felicidade* ou até mesmo de verdade ou falsidade, torna-se relevante pensar as

elocuções como ações que os participantes projetam em suas falas e cujas interpretações por seus interlocutores são tornadas públicas em ações sequencial e localmente ordenadas (cf. Gago, 2002).

4. A interface linguagem e interação

Uma lingüística Interacional, finalmente, deve responder a duas questões: (1) O que é interacional em termos lingüísticos? e (2) o que é lingüístico em termos interacionais?. Em relação à primeira questão, podemos recorrer a uma metáfora biológica, espera-se que a linguagem se adapte ao ambiente que “habita”- o turno de fala, enquanto espaço interacional mínimo de organização da linguagem. Goodwin (1979,1981), por exemplo, mostra, de maneira bastante convincente, que a forma final de uma sentença, nas conversas casuais, deve ser vista como um produto interacional. O falante formata a sentença em curso em função da conduta daquele que o falante elege como candidato a sua recepção. Com isto Goodwin nos chama a atenção para a necessidade de incluirmos o ouvinte na formatação da sentença/ elocução, bem como a inclusão de informações não-vocais (e.g o olhar, os gestos, etc.), com isso retira o caráter individual e mental tradicionalmente associado ao conceito de sentença, atribuindo-lhe uma dimensão interacional.

O que é lingüístico em termos interacionais? O estudo do comportamento interacional depende de uma série de contribuições teóricas advindas da Lingüística: estudos prosódicos, sintáticos, pragmáticos, por exemplo. Cabe então perguntar de que forma funções interacionais ou que estruturas conversacionais são construídas a partir de formas lingüísticas existentes e do modo como são usadas (e.g informações “dadas x “novas”). Em um texto fundador, *Interaction and Grammar*, organizado por Ochs, Schegloff e Thompson (1996) a UCT (Unidade de Construção de Turno), unidade básica de organização da fala, é analisada em termos de critérios prosódicos sintáticos e pragmáticos envolvidos em sua constituição (cf. Ford, C e Thompson, S, 1996). Estudos prosódicos (cf Couper-Kuhlen, 2001; Couper-Kuhlen E Ford, 2004) mostram como contorno entoacional, ritmo, velocidade da fala, etc., são empregados estrategicamente no gerenciamento de

turnos de fala e na manutenção do piso conversacional Goodwin (1980) contribui de forma significativa para o estudo das unidades interacionais, ao mostrar de que forma a estrutura sintática, entoacional e pragmática têm conseqüências sobre a forma como os participantes “escutam” a fala, ou seja, “fazem projeções sobre a fala que ainda não ocorreu e com isto podem orquestrar suas ações para sistematicamente chegar a uma finalização reconhecível (p.33)”

5. Conseqüências teórico -metodológicas

Se o entendimento do que “ está acontecendo aqui e agora” envolve informações lingüísticas, paralingüísticas e não-lingüísticas, estas informações devem ser incorporadas à análise seqüencial da interação. Os significados, ações e relações sociais construídos, em qualquer momento da interação são apenas acontecimentos possíveis e momentâneos. O que acontece no momento subsequente pode ratificar, modificar ou cancelar esses acontecimentos. Estudar o comportamento verbal e a interação social é estudar a competência comunicativa, não como um construto abstrato, mas como uma capacidade que envolve muito mais do que a mera codificação e decodificação de mensagens através de signos lingüísticos.

Os falantes precisam processar uma grande quantidade de informação contextual, adicionando valores indexicais aos signos lingüísticos para a construção do significado e da ação. Por outro lado, pensar o uso da linguagem como sendo determinado localmente não implica ignorar o papel da história e da cultura na constituição da linguagem. Assim, todo momento é paradoxalmente uma resposta ao ambiente seqüencial interacional imediato e um complexo produto de uma história de interações e experiências do indivíduo e do grupo no curso de suas histórias interacionais.

Referências:

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. London/Oxford/ New York, 1962.
_____, *Quando Dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução: SOUZA FILHO, D. M. de.

- Apresentação: A filosofia da Linguagem, 1990, p.9. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
- BROWN, Penelope and Stephen LEVINSON *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press.1987..
- CLARK, Herbert H. O uso da linguagem .Trad. Nelson Azevedo e Pedro Garcez. *Cadernos de Tradução*. Porto Alegre. N.9.p.49-74, jan-marc.2000. Obra original: *Using Language*.Cambridge:Cambridge Univ. Press.p.3-25,1996.
- COUPER-KUHLEN, E. 'Interactional prosody: High onsets in reason-for-the-call turns', *Language in Society* ,2001,v.30,p.29-53.
- e FORD,C. (eds.)*Sound Patterns in Interaction: Cross-linguistic studies from conversation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins ,2004.
- e M SELTING *Introducing Interactional Linguistics*. Em Couper- Kuhlen & Selting (ed)*Studies in Interactional Linguistics*.London. J. Benjamins Publishing, 2001.
- FIRTH, A. (ed.) **The discourse of Negotiation**: Studies of Language in the Workplace. Oxford: Elsevier Science, Ltd.,(1995).
- FORD, C.E. and THOMPSON, S.A Interactional units in conversation: syntactic, intonational, and pragmatic recourse for the management of turns. In: Ochs, Shegloff e Thompson (ED) *Interaction and Grammar*. Cambridge:Cambridge University Press, 1996, p. 134-184.
- GAGO, P. C. A organização seqüencial da conversa. In *A relevância da convergência num contexto de negociação: um estudo de caso de uma reunião empresarial na cultura portuguesa*. 2002.
- GARCEZ, Pedro. Sociolinguística Interacional. Curso, Porto Alegre (1998).
- GOFFMAN, E. (1998) A situação negligenciada'. In Ribeiro e Garcez (ed) Sociolinguística Interacional, Porto Alegre: AGER.,1998 [1964],p 11-15.
- The interaction Order. IN: *American Sociological Review*.Vol.48 (1), 1983, p. 1-17.
- A representação do eu na vida cotidiana, 13a ed. Petrópolis: Vozes, 2005
- GOODWIN, C. Processes of mutual monitoring implicated in the production of description sequences. *Sociological Inquiry*, 50, 1980, p.303-17.
- The interactive construction of a sentence in natural conversation. In G. Psathas (ed.), *Everyday Language: Studies in Ethnomethodology*), New York: Irvington. 1979, p.97-121.
- GRACIA, T. I, O “ giro lingüístico”. Em Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais. Editora Vozes, 2004: 19 49.
- GRICE, P Lógica e Conversação. In Marcelo Dascal (org). Campinas: UNICAMP, 1982[1975].
- GUMPERZ, J. J. Discourse strategies. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- JACOBY, S. & OCHS, E. Co-construction: an introduction. In: S. JACOBY & E. OCHS. Co-construction (Special Issue). *Research on Language and Social Interaction*, vol. 28 (3), 1995.
- KLAIMAN,A.B. Construindo sentido na escola: negociação e cooperação.*Intercâmbio*,VOL.iv, p. 3-13., 1994.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. A noção de “negociação” em análise de conversação: o exemplo das negociações de identidade. *Gragoatá*, Niterói: Ed UFF, n. 11, p. 157-176. 2001.

LEVINSON, Stephan. Activity types and Language. *Linguistics* 17: 365-99.,1979
----- *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.1983.
SEARLE, John R. Expression and meaning. Cambridge: Cambridge University Press,1979.
POMERANTZ, A. & FEHR, B.JConversation Analysis: An Approach to the Study of
Social Action as Sense Making Practices. In van Dijk, T. A. (Ed) *Discourse as Social
Interaction*. London: Sage Publications, 64-91, 1997.
SHEGLOFF, E.A. Turn organization: one intersection of grammar and interaction. In: In:
Ochs, Shegloff e Thompson (Eds.) *Interaction and Grammar*. Cambridge:Cambridge
University Press, 1996,p.52-133.
----- Discourse as an Interactional Achievement III: The Omnirelevance of Action. In
Schiffrin, Tannen and Hamilton (eds) *The Handbook of Discourse Analysis*.. Malden, MA
and Oxford, UK: Blackwell Publishers, 2001, p.229-49.
SCHIFFRIN, D. *Approaches to Discourse*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994
Van DIJK, T. O giro discursivo Prefacio, em Manual de Analise do Discurso em Ciências
Sociais. Editora Vozes, 2004: 7-14
VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente, São Paulo: Martins Fontes ,1984
WITTEGENSTEIN,L.Investigações filosóficas. - Ed. Nova Cultural,1999.